

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

-----No dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Salão Nobre do Município, sito no Solar dos Gorjões, Largo de S. João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Palestra subordinada ao tema: "**Envolvimento nas políticas locais como um dever de cidadania**", proferida pelo senhor **Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Dr. Hugo Carvalho**; -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
- 2. *Proposta de contrato interadministrativo com a Freguesia da Calvaria de Cima para execução de obras no Centro de Saúde; (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 3. *Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação);* -----
- 4. *Transferências de competências nas Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais:*-----
 - 4.1. *Decreto-Lei 20/2019, de 30 de janeiro, no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos - proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação);* -----
 - 4.2. *Decreto-Lei 22/2019, de 30 de janeiro, no domínio da cultura - proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação);* -----
- 5. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento);*-----
- 6. *Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2018; (para conhecimento);*-----
- 7. *Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2018; (para conhecimento);*-----
- 8. *Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018; (para conhecimento);*-----
- 9. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa -----

-----Faltaram à sessão, o Vereador Fernando Manuel Marques Amado, bem como o membro da Assembleia Municipal Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS). Foi considerada justificada pela mesa da Assembleia a falta de Rui Augusto da Silva Pereira Neves, face à sua solicitação, tendo sido substituído, nos termos da Lei e do Regimento, por Liliana Carvalho Pereira (PS).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes. Dedicou depois um cumprimento e um agradecimento especial ao convidado de hoje, Dr. Hugo Carvalho, que irá apresentar uma comunicação sobre a importância do envolvimento dos jovens nas questões políticas locais. Continuou dizendo que hoje temos uma Assembleia Municipal especial com a presença de jovens do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós e Instituto Educativo do Juncal, a quem saudou, agradecendo a presença. Agradeceu e cumprimentou ainda os senhores professores presentes, familiares e amigos. Um agradecimento ao senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós e à senhora Diretora Pedagógica do Instituto Educativo do Juncal pelo empenho e abertura ao desafio lançado. Disse depois ser seu dever promover a participação dos jovens na política local e de os fazer refletir no seu papel de cidadania e emancipação, estimulando assim, a sua capacidade de participação e intervenção no desenvolvimento das políticas locais, no sentido de os responsabilizar e dar ao poder local, espaço para a formulação e concretização de políticas de juventude. Apesar de haver exemplos de boas práticas, na generalidade, as políticas da juventude prosseguidas pelas autarquias, têm mantido ainda, um caráter muito frágil. As políticas de juventude não se podem reduzir à oferta de atividades para ocupação de tempos livres. Devem ter o objetivo de criar condições para uma cidadania plena, ao alcance de todos os jovens, que lhe permita participar em todos os aspetos da vida social e política, especialmente, no local onde vivem. É isto que se pretende, e é por isso que a Assembleia Municipal e o executivo camarário aqui está com os jovens. A tendência é dizer que os jovens não querem saber de política, mas será que é mesmo verdade? Os estudos dizem que não. Os jovens querem é uma forma diferente de fazer política. Uma política com mais informação. Uma política com mais competência, mais global, mais europeia, mais internacional. Mas também mais humana. É necessário e urgente então, mudar-se este paradigma. Por tudo isto, disse, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, estar aqui com os jovens nos quais acredita, bem como no potencial desta terra e ainda na sua capacidade para contribuir para o seu desenvolvimento. Concluiu dizendo que queremos um concelho com esperança e com felicidade e isso parte dos jovens.-----

-----Seguidamente, passou a apresentar da mesa da Assembleia Municipal, Grupos Municipais e ainda a mesa do Executivo Municipal, bem como fez uma breve resenha acerca das competências de cada órgão do município.-----

-----Finalmente, desejou a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Nesta conformidade deu-se início ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

período de intervenção do público.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, chamou a usar da palavra o senhor **Engº Hugo Carvalho**, Presidente da Direção do Conselho Nacional da Juventude e Secretário Geral do Fórum da Juventude da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que irá falar sobre **“Envolvimento nas políticas locais como um dever de cidadania”** Enquanto jovem, e ativo no setor da juventude, destacou-se como escuteiro, músico e atleta. Na qualidade de dirigente associativo, foi Presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e membro da Direção da Federação Académica do Porto. Em 2014/2015 assumiu as funções de Administrador da Federação Académica do Desporto Universitário, com o pelouro da Gestão de Projetos e Orçamento.-----

-----**Engº. Hugo Carvalho:**-----

-----No uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes com especial relevo a todos os jovens presentes na sala.-----

-----Continuou salientando que é a primeira vez que está numa Assembleia Municipal falando para os jovens, cumprimentando a senhora Presidente por essa iniciativa, chamando a usar da palavra quem é mais novo e se interessa pela política, a estar presente e a ter voz. Prosseguiu dizendo que é mau dizer que os jovens não se interessam, e não tendo certezas absolutas, disse desconfiar de quem diz que as tem. Disse ter a certeza de que os jovens não estão alheados, porque não viu ninguém deixar de falar do Brexit, do Trump ou de Bolsonaro ou de se indignar por ver as condições desumanas em que muita gente vive. Continuou dizendo que nunca houve tantos organismos e gabinetes privilegiando a juventude, não obstante os jovens continuarem a ser pouco ouvidos e terem poucas oportunidades de agir de forma ativa na sociedade. Prosseguiu dizendo que o país nunca precisou tanto dos jovens e de ser o país das gerações todas ao mesmo tempo, porque tem sido o país de uma geração a seguir à outra. Nesse sentido, considerou que o mundo nunca precisou tanto de quem é novo, de quem tem ideias, de quem quer fazer coisas, sem medo. Sem medo da tecnologia que é a próxima mudança mundial, porque o futuro vai ser cada vez mais rápido, cada vez mais com os jovens, com o sistema a querer fazer parecer que está tudo bem, quando o que quer é precisar cada vez menos dos jovens, afirmando que essa é uma culpa do sistema mas também dos jovens. Referiu depois que em 2018 fizeram-se 50 anos do maio de 68. Curiosamente, disse, quem está no poder são aqueles que fizeram o maio de 68 e que na altura lutaram muito para poder tomar decisões sobre a sua escola ou universidade, tendo-o conseguido, e a prova é que já lá estão há 50 anos e não dão mostras de querer sair, e esquecem aquilo por que lutaram, negando aos, agora jovens, esses mesmos direitos. Quando chegaram ao poder, de facto, criaram algo como o regime jurídico das instituições do ensino superior, que tirou os jovens

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estudantes das direções das faculdades. Essa mesma geração é a geração que manda no país hoje e parece fazer de conta que está tudo bem, quando se pagam de impostos metade da vida. Quando lhe perguntam o que é que os jovens querem, disse que não tem resposta, sendo certo que o que querem é o que qualquer pessoa quer, que é ser feliz. A política é muito fraca. Cada vez mais fraca e parece também não querer saber disso. E é mais fraca porque controla cada vez menos o que lhe acontece. Porque as pessoas são mais livres. E assim foram sendo criados mecanismos para permitir que os mesmos se perpetuem no poder sem que percebam a necessidade de renovação. Terminou com uma frase de Churchill de que disse gostar muito: “o sucesso não é definitivo, o falhanço não é fatal: o que importa é continuar.”-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia chamou para intervir **Bruna Oliveira, Mariana e Beatriz Beato**, todas alunas do Instituto Educativo do Juncal, que se haviam inscrito para esse efeito.-----

-----As jovens supra identificadas usando da palavra, fizeram menção às suas preocupações e necessidades sentidas relativamente ao concelho, fruto de um exercício de reflexão efetuado nas suas turmas, com os seus colegas e professores.-----

-----**Telmo Conceição (Porto de Mós):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes usou da palavra para se congratular com a presente iniciativa, dirigindo um especial cumprimento ao orador convidado, pelas palavras proferidas. Deixou depois uma pergunta ao senhor Engº Hugo Carvalho, no sentido de saber se a sociedade deve viver em conflito permanente a nível etário, ou se deve fazer um esforço, sendo jovem, sendo adulto, sendo da terceira idade, qual a melhor solução, criando uma onda onde todos são necessários.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que cumprimentando todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial ao orador convidado, Engº Hugo Carvalho, agradecendo a sua presença nesta Assembleia Municipal, especialmente dirigida aos mais jovens. Prosseguiu respondendo às três jovens intervenientes, fazendo uma sùmula das políticas municipais que a Câmara está a desenvolver e que são especialmente dirigidas aos mais jovens, referindo-se em concreto, e entre outras coisas, à criação do Conselho Municipal da Juventude.-----

-----Posteriormente, a senhora Presidente da Assembleia deu novamente a palavra ao Engº Hugo Carvalho que passou a tecer algumas considerações relativamente às intervenções das jovens que também usaram da palavra dando-lhes os parabéns por isso.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Telmo Conceição** disse concordar com o que disse, referindo que o maior problema deste país, bem como da Europa, é que a curto prazo, haverá muitos mais avós do que netos, sendo um problema que nos deve preocupar a todos, e por isso é que costuma dizer que o país tem de ser de gerações todas ao mesmo tempo e não umas contra as outras, que não é uma coisa que aconteça de facto, pois até agora tem sido o país de uma geração a seguir à outra. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia devolveu a palavra ao público perguntando se havia mais pedidos de intervenção.-----

-----Tendo-se inscrito **Patrícia Fino**, disse que apenas o fez, porque o senhor Presidente da Câmara falou aqui sobre o Conselho Municipal da Juventude do qual faz parte. Cumprimentou depois todos os presentes, congratulando-se com o facto de os jovens terem aderido a esta iniciativa. Passou depois a falar sobre o Conselho Municipal da Juventude, referindo que tendo sido criado o ano passado, já reuniu várias vezes, sendo sua ideia criar um plano de atividades, um plano estratégico, precisando para isso de saber o que é que os jovens acham importante para Porto de Mós e o que é que é necessário desenvolver, as suas necessidades e sensibilidades. No decorrer disto, foi elaborado um pequeno inquérito que será distribuído nas escolas durante o próximo mês, e que também estará disponível nas redes sociais, para que todos os jovens estudantes ou residentes no concelho o possam preencher. Apelou depois a todos os jovens presentes que façam ouvir a sua voz, pois é preciso saber o que estes querem para Porto de Mós.----

-----**Carlos Venda:**-----

-----Usando da palavra referiu querer cumprimentar o Engº Hugo Carvalho pelo seu desafio aos jovens, porque só com eles é possível o futuro.-----

-----Felicitou também a Câmara Municipal pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, sendo importante que o mesmo funcione, porque é atual e é gravíssimo o que está a acontecer.-----

-----Passou depois a tecer algumas considerações sobre o modelo de gestão autárquica desenvolvido nos últimos dez anos, referindo que a questão não está no que se gasta, mas na forma como se gastam os dinheiros públicos e se há um caminho definido para percorrer, sobre esse ponto de vista.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, dizendo que falou sinteticamente no Conselho Municipal da Juventude, mas de facto é o instrumento que existe para desafiar o Município a novas políticas de juventude, em linha com o que Patrícia Fino disse, porque o executivo não tem a veleidade de saber tudo, e muito menos de saber o que os jovens gostam. Esse é o propósito do Conselho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal da Juventude, de onde já saíram um conjunto importante de ideias que levarão o executivo e os jovens do concelho, a uma maior aproximação. Salientou depois que alguns passos têm vindo a ser dados por este executivo no sentido de fomentar essa aproximação e fixar os jovens na sua terra nomeadamente através do empreendedorismo jovem. Para concretização desse propósito será lançada dentro de dias a FabLab de Porto de Mós, que se situará exatamente no Espaço Jovem, e em conjunto será lançada a incubadora de empresas que se irá chamar Incubamós que será apresentada mais tarde, nascendo para desafiar os jovens a fixarem-se no concelho, a apresentarem novas ideias estando este executivo disponível para as apadrinhar.-----

-----A **Carlos Venda** disse que a questão do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica é algo que havia sido previsto, tendo vindo a ser estruturado e tendo sido decidido avançar nesta altura, porque foi agora que foi assinado o protocolo designando a senhora Vereadora Telma Cruz como Conselheira Local para a Igualdade, estando em simultâneo a formar quatro técnicos para constituírem o Gabinete para que efetivamente este possa funcionar. Quanto aos números referidos disse não se poder fugir a eles. Fez depois menção à estratégia que este executivo definiu para o concelho e que assenta fundamentalmente numa lógica de Turismo de Natureza, desenvolvendo neste âmbito, um conjunto de ações. No que se refere às infraestruturas básicas, foram elencadas prioridades estando as mesmas a ser levadas a cabo.-----

-----Posto isto, a senhora Presidente da Assembleia passou a agradecer as questões colocadas bem como a presença do Engº Hugo Carvalho e dos alunos das escolas do concelho, dizendo ainda que, qualquer sociedade só se desenvolve acreditando nos seus jovens. Terminou dizendo que não queria deixar de louvar em público, o Agrupamento de Escolas do Concelho de Porto de Mós e o Instituto Educativo do Juncal, referindo que sempre que são solicitados ou desafiados para participar em quaisquer iniciativas, estão presentes.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, a ata nº 5 da sessão ordinária realizada em 30.11.2018, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação. Não havendo qualquer reparo à mesma, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com duas abstenções.** -----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra agradeceu a presença do orador convidado, Engº Hugo Carvalho, bem como a mensagem que passou a todos os presentes na sala, especialmente aos jovens do concelho. Cumprimentou depois todos os presentes com especial relevo a senhora Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara e restante executivo. A toda a comunidade educativa, professores e alunos dirigiu uma saudação especial, salientando a importância para esta Assembleia Municipal da sua presença no acompanhamento destes trabalhos e a pertinência de estarem presentes mais vezes de forma interventiva. Continuou dizendo que um dos grandes desafios deste concelho nos dias de hoje, é evitar a fuga de capital humano, principalmente, media e altamente qualificado, para os grandes aglomerados urbanos e para os concelhos vizinhos. Para que isso não aconteça, é preciso delinear estratégias de atração e fixação de população em idade ativa. Existem muitas medidas que podem e devem ser tomadas, havendo condições financeiras para tal, graças a uma rigorosa gestão financeira que o município teve na governação do Partido Socialista, em consonância com o forte investimento que foi acontecendo na melhoria das condições de vida da população, com o investimento local e que foi bem visível durante a última década. Infelizmente, neste momento, os dados apresentados por este executivo, apontam, para um desinvestimento relativamente ao período homólogo de 2017 e 2018, em cerca de 20 a 25%, traduzido na redução de despesas de capital apresentada, em cerca de 1,5 milhões de euros. Esses 1,5 milhões de euros estavam disponíveis para investimento e isso não foi feito, parecendo que tudo vai bem no Concelho. Por outro lado, ao contrário do que este executivo tem apregoado, de reduzir a despesa corrente através da diminuição dos ativos em termos de aquisição de bens e serviços, isso também não aconteceu. Neste período homólogo, 2017/2018, foi apresentado, pelos dados do executivo, os gastos aumentaram a nível da despesa corrente, em cerca de trezentos e sessenta mil euros, sendo algo que o preocupa, não augurando nada de bom se isto continuar durante este mandato, sendo que este tipo de gestão não lhe parece a mais correta. Continua a perda de receitas na ordem dos oitocentos mil euros, neste período homólogo. Disse que a sua bancada considera que muito mais e muito melhor pode ser feito, e como se sabe que este executivo anda sempre muito ocupado nos eventos e em promoções, de uma forma construtiva, vai deixar ao executivo, algumas medidas simples, de possível enquadramento no orçamento, de forma a contribuir para uma melhoria da atratividade do concelho principalmente no que diz respeito aos mais jovens. Por exemplo a criação de novo regulamento, com medidas reforçadas de apoio, de incentivo e fixação de pessoas e famílias no concelho, é realmente importante que isso aconteça, da especial necessidade de fomentar a fixação de novas empresas de forma que a população em idade ativa se fixe, se sinta bem por cá, que tenha um trabalho valorizado, com melhores condições de trabalho e melhor salário. Nos últimos anos, enquanto o Partido Socialista liderou a Câmara Municipal, isso foi feito. Muitas empresas vieram de fora, tendo-se aqui fixado, e com mão-de-obra qualificada. A criação de apoios destinados à fixação da população jovem e o aumento da natalidade, visando responder a algumas preocupações atuais,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente as fragilidades da estrutura demográfica do concelho que é também uma preocupação do Partido Socialista. Criação de um programa de apoio à criação de empresas e emprego para jovens, atrativo, com apoio técnico, com apoio ao empreendedorismo jovem, com espaços onde possam trabalhar, criação de novas startups, com sítios definidos onde possam lançar as suas ideias. Está pensado o Incubamós, esperando, que tal se concretize e num curto espaço de tempo. A bancada do Partido Socialista exige que este executivo aprofunde as políticas de juventude, de modo a criar condições atrativas aos jovens para que possam dar o seu contributo para o desenvolvimento socio profissional, só assim sendo possível a sustentabilidade para o futuro do concelho. Urge portanto tomar medidas concretas e agir, deixando tanta propaganda de lado e passando à ação, o que a seu ver não tem acontecido, em cerca de um ano e meio em que este executivo está à frente do Município. Terminou deixando um desafio aos jovens, para participarem nas sessões da Assembleia Municipal que são abertas ao público, e que estejam presentes, expondo as suas ideias, pois só dessa forma será possível a transformação necessária para que o rumo deste concelho seja o melhor.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que em primeiro lugar queria cumprimentar toda a Assembleia Municipal na pessoa da senhora Presidente, o executivo municipal e especialmente esta plateia que está hoje presente, e que muito lhe agrada que aqui esteja.-----

-----Disse depois que passaria a fazer aqui alguns considerandos, um pouco na linha dos que foram feitos pelo convidado Hugo Carvalho. Efetivamente, tornou-se voz corrente que os jovens não se interessam pela política. Hoje mais do que nunca, os jovens interessam-se de forma muito direta por temas políticos, e para isso muito têm contribuído as novas tecnologias, sendo aquilo a que alguns chamam as novas formas de fazer política. Essa democratização das formas de fazer política também encerra os seus riscos e perigos. Hoje a internet permite que cada um coloque os mais variados comentários e opiniões, muitas vezes fundados em informação que não é a mais correta, mas cada vez mais os jovens são o estandarte de uma política mais ativa do que aquela que se fazia quando ele próprio tinha a idade destes jovens. Continuou dizendo que o que lhe parece a ele é que os partidos políticos e a política tradicional ainda não perceberam que os jovens já mudaram a sua forma de estar na política. É também um dever dos jovens pensar que a política não começa naquilo que se vê na televisão, começa antes naquilo que fazem, na sua escola, na sua comunidade, nas suas associações. O que têm hoje na mão é um poder e dever de intervir por forma a moldar o vosso mas também o nosso futuro, pois os mais velhos precisam que os mais novos comecem a pensar cada vez mais em como moldar esse futuro. Convém por outro lado, que todos pensem que as ferramentas que hoje têm ao vosso dispor, são fruto de uma liberdade que hoje existe, mas uma liberdade que não é um dado adquirido, devendo olhar para essas ferramentas pugnando sempre pela liberdade de opinião, pela liberdade de se de se exprimirem sem restrições,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois hoje em dia é muito fácil cercear-se, restringir-se a liberdade através destes novos meios de comunicação. Também existe uma forma diferente de fazer política, para além dos partidos, nomeadamente através dos grupos de cidadãos independentes, como é o seu caso, ou seja uma forma de todos se poderem associar, para que, em qualquer momento, possam intervir ou candidatar-se a qualquer eleição. Terminou felicitando as escolas e os professores por terem trazido aqui os jovens e por estes terem demonstrado nas intervenções que tiveram, preparação e conhecimento de assuntos do concelho, e assim confrontarem o senhor Presidente da Câmara com questões pertinentes.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes com dirigindo um especial cumprimento a toda a plateia de jovens que hoje compõem esta sala.-----

----- Seguidamente disse que *"é realmente bom termos aqui hoje esta moldura de jovens que se interessam e querem saber o que é a Assembleia Municipal e como funciona, qual o papel das autarquias e a sua função, o que é isto da política e os políticos, que importância tem isto para eles e o que contribui para a sua felicidade e para o seu futuro. Pois sei que tudo isto paira na cabeça de cada um de vós. É normal. Mas todos nós que nos encontramos aqui nesta Assembleia, deputados municipais e executivo, temos uma missão, confiar, cuidar e discutir o nosso concelho, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Apresentar ideias, discutir projetos, apresentar soluções para desenvolver a educação e a formação no concelho, discutir a melhor saúde, desenvolver projetos na área social, cultura, desporto, infraestruturas básicas como fornecimento de água e saneamento e rodovias, empreendedorismo e emprego, etc. Tudo isso é trabalho dos autarcas. Fomos eleitos pelos munícipes deste concelho, democraticamente, com este objetivo. Por isso estamos aqui. Mas amanhã, pode ser cada um de vós a estar aqui a desenvolver o mesmo trabalho, até com melhores ideias e melhores projetos. Estes lugares são renovados de quatro em quatro anos, e precisamos de gente nova para ocupar estes lugares. Pessoas pensadoras, inteligentes, e que se interessem pelas causas, pelo seu concelho e até pelo nosso País. Vocês são a nova geração por isso estes lugares estão à vossa espera. Mas também tudo isto é política. Afinal, política é a forma de discutir, de dialogar, pensar as coisas, apresentar ideias e projetos, decidir e executar, contribuir para algo melhor e tomar opções. Todos nós fazemos no dia-a-dia, quando tomamos a decisão de fazer algo, seja em que área ou serviço for. Por isso política não é uma coisa má como muitos o definem mas sim uma forma de pensar, participar e contribuir para o bem. O futuro é vosso. Ao longo das vossas vidas, vão ter de fazer, discutir, partilhar, optar por coisas. Vão ter de fazer política, em coletivo ou individual. Por tudo isto, muitos jovens e adultos, participam nas associações, nos movimentos cívicos, promovem a cidadania, outros fazem parte de outras juventudes partidárias onde discutem ideias e projetos, em coletivo, com o objetivo cívico de poderem contribuir para o bem comum. Por isso, lanço-vos um desafio: interessem-se, participem,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

envolvam-se, queiram saber, descubram o vosso futuro. Obrigado pela vossa presença."-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras- IPP):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes dirigiu-se aos jovens presentes na sala dizendo-lhes que o futuro lhes pertence. Continuou dizendo que é Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras tendo sido eleito através de um movimento independente, não estando aqui a representar qualquer partido, mas apenas a sua freguesia. Disse depois que se não fossem os jovens aqui presentes provavelmente nem pedia a palavra mas assim eles merecem que lhes preste a sua homenagem. Parabenizou as jovens que intervieram, a Beatriz, a Bruna, a Patrícia e a Mariana, todas jovens da sua freguesia. Prosseguiu dizendo que nos três mandatos para os quais foi eleito, o elenco tanto da Junta de Freguesia como da Assembleia de Freguesia foi sempre remodelado, havendo muito jovens na Assembleia de Freguesia, sendo um gosto poder contar com jovens deste calibre, saindo daqui satisfeito sabendo que pode contar com eles. Por fim terminou perguntando ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação do Posto Médico de Pedreiras.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que começaria por responder ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras**, dizendo que quanto ao Posto Médico foi feito um princípio de acordo com o ACES de Leiria, já depois do orçamento estar encerrado, sendo a Câmara que fará a remodelação necessária para dar corpo a umas instalações de acordo com as regras da USF, e portanto no mês de abril, quando for feita a acumulação do saldo de gerência, será feita uma revisão, para criar esta nova rubrica.-----

-----Quanto à intervenção de **David Salgueiro**, disse que de facto aquilo que aqui está e aquilo que disse não corresponde rigorosamente nada à verdade. Ou seja, David Salgueiro disse que este executivo gastou mais dinheiro em aquisição de bens e serviços: em 2017 o município gastou seis milhões seiscentos e setenta e oito mil euros em aquisição de bens e serviços, em 2018, seis milhões quatrocentos e cinquenta. Relativamente às despesas correntes, é bom que tenha presente, disse dirigindo-se a David Salgueiro, que os vencimentos aumentaram pelo que há aqui custos com pessoal de quase duzentos mil euros a mais. Tem que ser sério também dizendo que se passou de setenta ou oitenta mil euros para duzentos mil euros a transferência para os bombeiros. Tem de ser sério a dizer que foi feito um significativo aumento para as associações e ainda o forte investimento que está a ser feito para pôr de pé os edifícios municipais que ficaram a cair. É surreal dizer que este executivo não está preocupado com os jovens nem com a fixação de pessoas. Continuou dizendo que quando chegou à Câmara, no ano anterior o concelho havia perdido trezentos habitantes, haviam sido perdidos duzentos e oitenta jovens para os concelhos vizinhos. Aquilo que este executivo está a fazer é definir uma política de juventude, envolvendo os jovens, criando o Conselho Municipal de Juventude, criando condições fiscais significativamente melhoradas que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anterior executivo nunca aceitou, nomeadamente devolução de parte do IRS, para dar melhores condições de vida à população. Quanto a políticas de juventude, disse que o anterior executivo pagava passes para os alunos irem estudar para os concelhos à volta, coisa que terminou com a entrada em funções deste executivo. Quanto à formação, foi dito que o Instituto Educativo do Juncal ia fechar. Ora estando aqui os responsáveis eles que lhe digam se este executivo não trouxe para cá sete cursos profissionais. Neste momento três deles estão a usufruir das parcerias com as indústrias do concelho. Nunca tal tinha acontecido, sendo este um projeto pioneiro, sendo certo que as próprias empresas dizem que querem manter os alunos depois de acabarem o curso. Isto é avançar e é sobretudo demonstrar preocupação com uma política de juventude muito séria que se pretende levar por diante. No que se refere ao apoio da natalidade, disse que foi entendimento deste executivo, desde o início, que este apoio não se traduz apenas em dar dinheiro, mas sim garantir melhores condições de vida para as famílias sendo esse o caminho que está a ser feito. Este trabalho social, não é um trabalho que ande nos jornais, porque as famílias do concelho, merecem esse recato. Finalmente disse quanto à fuga de capital humano, se tudo correr como espera e o seu projeto der os resultados que espera que dê, esse será um problema ultrapassado de forma integrada. Disse ainda que este executivo está aqui há um ano e meio e não há dez anos, a gerir bem as contas do município, e no que respeita a captação de empresas, perguntou porque é que a avaliação de impacto ambiental para a zona industrial de Porto de Mós, ficou na gaveta durante sete meses.-----

-----A sessão da Assembleia Municipal foi suspensa por vinte minutos, pela senhora Presidente, após o que, confirmada a existência de quórum, a mesma retomou os trabalhos.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos os presentes, dizendo que o assunto que aqui trás é velho e tem a ver com a falta de médico da sua freguesia, sendo que o que o preocupa mais, é o facto de as instâncias da Saúde, nem sequer se dignarem a responder. Disse ser constrangedor para um autarca, estando completamente desiludido com estas situações que afetam uma população que não tem culpa, estando a verificar que há pais que estão a mudar a sua residência para casa dos filhos, porque não têm médico de família. Voltou a apelar para que se reunisse a comissão que a Assembleia Municipal criou, a fim de se delinear uma estratégia. Continuou dizendo que em 2018 a freguesia esteve seis meses sem médico, e neste momento, há mais de um mês que o mesmo acontece.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que tinha apenas quatro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões que queria colocar ao senhor Presidente da Câmara. Começou por fazer menção ao semáforo, junto à escola de Serro Ventoso, que está avariado há um ano, tendo o senhor Presidente, da última sessão desta Assembleia dito que a situação seria regularizada até final de dezembro, o que não aconteceu. Outra questão, tem a ver com o gabinete de apoio às freguesias, dizendo que enviou um e-mail dando conta dos buracos na estrada do Codaçal e na estrada da Bezerra e que os buracos continuam lá. Ainda no que se refere à estrada da Bezerra, disse que as pessoas continuam a reclamar a marcação da estrada atenta a dificuldade de circulação, face ao nevoeiro, esperando que o senhor Presidente não se esqueça, e não esqueça também a intervenção que ali terá de ser feita ao nível da escarpa. Outro assunto que disse ter visto na ata da reunião de Câmara foi terem sido aprovadas obras para o Chão das Pias a pedido de uma freguesia. Disse não saber se o pedido da freguesia será o pedido da maioria da população, dizendo ter dúvidas de que seja, não fazendo qualquer sentido a colocação daquelas lombas naquele local, tendo ainda ficado em ata "depois de a Junta de Freguesia construir os passeios", como se houvesse muita viabilidade de fazer passeios no Chão das Pias, quando há construções que pegam com a estrada, pelo que isso só seria possível procedendo-se à demolição de parte dessas construções. Por fim, disse que acha que a Câmara Municipal deveria ter um fiscal para as obras municipais porque vê que os empreiteiros fazem as obras como querem e mais tarde é que aparecem os problemas.-----

-----**João Guilherme dos Santos Cerejo (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que antes de iniciar a sua intervenção queria fazer aqui uma abordagem ao que disse David Salgueiro quando falou das questões ligadas à juventude, pois antes de fazer intervenções devia documentar-se sobre os assuntos. Continuou dizendo que, quando fala em desinvestimento na juventude, recorda-lhe que a proposta de criação do Conselho Municipal da Juventude, foi apresentada no mandato anterior e ficou na gaveta até ao seu final e o atual executivo, das primeiras coisas que fez, quando chegou à Câmara, no âmbito da juventude, foi promover a criação deste Conselho. Quanto à questão do Orçamento Participativo, que é uma coisa básica e regra em quase todos os municípios do país, foi esquecida durante doze anos, dizendo que lhe custa, e ainda por cima numa plateia cheia de jovens, que venha dizer essas coisas que na realidade não são verdade, pedindo algum tato e alguma sensibilidade antes de as dizer.-----

-----Prosseguiu dizendo que o que o trás aqui hoje é uma proposta de recomendação à Assembleia Municipal, para a criação do projeto "Jovem Autarca". Nos últimos anos, a JSD de Porto de Mós tem vindo a promover algumas propostas de maneira a que os jovens participem mais na vida cívica do concelho. Enquanto representantes dos municípios portomosesenses, é seu dever moral, disse, garantir que no futuro as gerações mais novas continuem o rumo do concelho. Foi nesse sentido que a JSD apresentou nesta Assembleia a criação do Conselho Municipal da Juventude,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o objetivo de juntar jovens e associações de jovens do concelho, de defenderem propostas que no seu entender acham que são necessárias para o desenvolvimento de Porto de Mós. Assim, disse, já que existe no concelho o CMJ que apresenta e discute propostas, porque não criar-se algo, que os faça executar essas mesmas propostas. É neste sentido que apresenta a proposta de implementação do "Jovem Autarca". "O Jovem Autarca" é um programa que consiste na eleição junto das escolas, de um executivo camarário juvenil que passará a desempenhar as pequenas funções junto da Câmara de Porto de Mós, em colaboração com as escolas do concelho. Com este programa, pretende-se sensibilizar os jovens para as questões relacionadas com o poder local, designadamente no âmbito das atribuições e competências da administração local e funcionamento dos respetivos órgãos. Acresce desta forma, que se poderão adequar políticas municipais às reais necessidades desses mesmos jovens. O jovem autarca desempenha o papel de porta-voz dos seus pares, sendo responsável pela gestão de um pequeno orçamento para concretizar projetos que estes mesmos idealizam. Os jovens portomosenses poderão concorrer a uma eleição organizada pelo município em colaboração com as escolas, onde se deverá eleger um jovem do concelho para ser Presidente de Câmara Jovem, durante um ano de mandato. Os candidatos e os eleitores deverão ter a idade compreendida entre os 13 e os 17 anos e devem residir ou estudar no concelho de Porto de Mós, sendo que se devem candidatar de forma individual e apresentar junto da candidatura, um programa que dê a conhecer as medidas por si elaboradas nas diversas áreas ligadas à juventude, tais como, os tempos livres, o desporto, a cultura, a educação e até mesmo a formação profissional. O candidato com maior número de votos será eleito Jovem Autarca, sendo ainda auxiliado por dois vereadores, que corresponderão aos dois candidatos seguintes mais votados. Os seguintes candidatos constituirão, se assim o entenderem, uma equipa de trabalho do Jovem Autarca e dos vereadores eleitos, sendo designados por conselheiros. O Jovem Autarca, deverá desenvolver e apresentar as propostas da sua equipa nas reuniões com o executivo camarário sempre que assim solicitado. Referiu-se depois ao exemplo mais conhecido do País, que é o exemplo de Santa Maria da Feira. Em Santa Maria da Feira, que é a principal referência do programa do Jovem Autarca a nível nacional, tem movimentado milhares de jovens promovendo a sua participação cívica no seu concelho. E ao longo das três edições que existem em Santa Maria da Feira, desde 2015, que puderam decidir durante o ano, onde aplicar esse orçamento, defendendo diversas causas, como, bolsas de mérito escolar, ação social, eventos de juventude, desportivos e culturais, melhor acesso público à internet e até renovação das paragens de autocarros. Existem outros municípios no País que já adotaram este programa, nomeadamente Vila Real, Ribeira de Pena e Mação. E porque hoje é uma Assembleia Municipal especial, porque estão presentes jovens das três escolas secundárias do concelho, apelou aos senhores deputados municipais e aos senhores Presidentes de Junta para aprovarem esta proposta de recomendação porque em seu entender isso irá promover a aproximação entre os mais jovens e os eleitos, de maneira a despertar o seu interesse pelo futuro do concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém se queria pronunciar sobre a proposta apresentada, tendo-se inscrito David Salgueiro e Samuel Costa eleitos pelo Partido Socialista e Júlio Vieira, eleito pelo Partido Social Democrata.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra passou a referir que esta proposta não tem origem na JSD, tendo surgido no âmbito do CMJ, e como tal, deve ser contextualizada no âmbito deste Conselho. O CMJ recebeu uma proposta preliminar sobre a qual se iria debruçar, havendo a intenção de ser construída entre todos os seus membros, a proposta de implementação do Jovem Autarca. Disse que não é correta a apresentação pela JSD, de uma proposta que foi decidida em CMJ.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Disse que apenas queria reforçar a ideia que já foi apresentada por Samuel Costa e respondendo a João Cerejo, disse que, lições de moral não as recebe dele, porque esta apropriação pela JSD de uma proposta do CMJ, que tem sido recorrente, não lhe parece de todo, nem correta nem moral. Continuou dizendo que continuará a fazer a oposição que achar adequada, expondo e contrapondo as suas ideias quanto à forma como é gerido o município, pois foi para isso que foi eleito democraticamente. Terminou dizendo que agradece esclarecimento sobre a autoria da proposta apresentada supra.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que já tinha chamado a atenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal para o facto de que estas sessões temáticas são muito importantes e que devem continuar a ser realizadas, mas a forma como elas decorrem é que deve ser melhorada. Há uns anos decorreu também uma sessão temática em Mira de Aire sendo orador convidado o Dr. Daniel Bessa, e correu melhor, porque o debate era aberto a todos, independentemente de serem deputados municipais ou público em geral, que puderam, depois da intervenção do preletor, fazer perguntas àquele. Depois de terminada a parte temática, começou a ser discutida a ordem de trabalhos, achando que é assim que deve ser. Disse ainda ser importante corrigir este pequeno grande pormenor, pois teria gostado de ter tido a oportunidade de confrontar o Engº Hugo Carvalho com algumas questões que ele referiu, e que não têm tradução na prática daquilo que são os estudos sobre a participação cívica da juventude. Continuou dizendo que mais de metade dos jovens a nível mundial, não se sente representado pelos seus governos e 57% dos portugueses, entre os 15 e os 24 anos, não revelam qualquer interesse na política. Os especialistas garantem que uma das soluções passa pelos políticos mudarem a forma de comunicar com eles e usarem meios digitais. Os dados constam de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um estudo elaborado em 2015, com o alto patrocínio da Presidência da República. Neste documento fica claro que os que estão nesta faixa etária, entre os 15 e os 24 anos, nem sequer participam em associações cívicas. Só 5,1% colaboram em associações estudantis e apenas 1,7% integra associações ou ordens profissionais. O mesmo se passa em relação aos sindicatos onde pertencem somente 0,2%. Por isso, há muitos especialistas que afirmam que apenas metade de um terço dos jovens portugueses dizem ter alguma simpatia por algum partido político. Dito isto, disse que gostaria de dar algumas sugestões àqueles que exercem cargos executivos na política. O que estes números refletem, é um total alheamento da juventude em relação à causa pública, e pode parecer que a culpa é toda dos jovens. Mas se calhar convém refletir sobre isso, tentando perceber o que se passa na casa dos portugueses, sendo certo que mais de 50% nem sequer se dá ao trabalho de votar. Crescendo neste contexto, e sendo os jovens o resultado do que se passa em casa e na escola, as referências dão-lhe estes exemplos, sendo os seus comportamentos muito o reflexo do que lhe é transmitido no berço, através da educação dos pais, e depois da capacidade ou da falta dela, de na escola lhe inculcarem alguma cultura participativa na comunidade onde estão inseridos. Para se corrigir esta falta de interesse, disse que a internet pode ajudar a mudar esse cenário ajudando a levá-los a tomar posição. -----

-----Mudando de assunto, passou a dizer que gostaria de comentar a proposta que atrás foi feita. Esta proposta é na sua perspectiva, muito relevante, podendo ter um impacto extraordinário junto da comunidade escolar, envolvendo-a a participarem na eleição de três jovens que terão uma experiência fantástica que é, pôr os colegas a elaborar propostas, terem a capacidade de gerirem um pequeno orçamento e de as pôr em prática. No entanto disse que, antes de se passar à discussão e aprovação desta proposta, há aqui um problema que tem de ser esclarecido, e que é se a proposta é da JSD ou se é do Conselho Municipal da Juventude. Esta é uma excelente ideia e ferramenta de trabalho para atrair a juventude à participação cívica, não devendo ser inquinada com a questão da sua paternidade, porque essa é muito pouco relevante, sendo que o que é importante é aprovar uma ferramenta que pode ser extraordinária para levar os jovens a participar na vida da sua comunidade. -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, usou da palavra dizendo que tem aqui de repetir algo que já disse numa outra ocasião: não lhe parece muito lógico que no decorrer de uma sessão da Assembleia Municipal, se faça uma proposta para a implementação de um qualquer programa e que esta proposta deveria ter sido presente à senhora Presidente antes desta sessão, que a distribuiria a todos os membros da Assembleia Municipal, por forma a que estes dela tivessem conhecimento e a pudessem discutir sem lugar a quaisquer dúvidas. Assim neste momento, considera que os membros da Assembleia não têm elementos para proceder a esta discussão.-----

-----Por aquilo que o proponente apresentou, disse que esta proposta tem muito interesse, mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso não obsta a que a proposta devesse ter sido distribuída atempadamente para melhor análise. Continuando, fez ainda menção à necessidade de a própria Câmara Municipal se pronunciar sobre a proposta em questão, dado que estão envolvidos recursos financeiros, que caberá à Câmara providir. Terminando, disse que o que pensa que a senhora Presidente deverá fazer, é adiar para a próxima sessão da Assembleia Municipal, a votação desta proposta.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou também da palavra para se referir à proposta apresentada por João Cerejo dos Santos, dizendo que a questão que Luís Almeida levantou tem toda a pertinência, no entanto, e não conhecendo a proposta em pormenor, pois só há pouco a recebeu, pelo que percebeu, trata-se de uma recomendação ao executivo, e nessa medida, não trás qualquer tipo de problemas. A proposta em si, o executivo recebê-la-á como boa ou não, e a partir daqui desenvolve-se todo o processo. Esta proposta sendo aprovada agora, servirá como recomendação para que o executivo despolette todo o procedimento com vista à sua concretização. Terminou dizendo que, ao que sabe, e não tendo estando presente, esta proposta foi efetivamente apresentada por João Cerejo dos Santos no Conselho Municipal de Juventude, sugerindo que esta proposta seja apresentada como proposta de João Cerejo dos Santos através do Conselho Municipal da Juventude.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **João Guilherme Cerejo dos Santos PSD**), que passou a explicar a **Luís Almeida** que isto é uma proposta de recomendação, como o senhor Presidente da Câmara disse, e bem, e ao ser abraçada pela Câmara esta encetarà o procedimento necessário à sua concretização.-----

-----A **David Salgueiro** e **Samuel Costa** respondeu que se recorda da altura em que esta proposta foi levada a Conselho Municipal da Juventude, sendo a mesma proposta por ele próprio. Ao ter lá apresentado esta questão, disse nesse Conselho Municipal de Juventude, que isto era algo que o PSD já tinha pensado propor à Assembleia Municipal, antes mesmo de ele ter falado do assunto na reunião daquele Conselho. Assim, disse que apresentava esta proposta enquanto deputado municipal eleito pelo PSD e não como membro do Conselho Municipal da Juventude, porque não tem essa competência nem essa autoridade. Disse ainda que está no CMJ representando a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Porto de Mós. Esta proposta de que falou no CMJ não é vinculativa, e a JSD acha que trazê-la a esta Assembleia Municipal, o órgão máximo do concelho de Porto de Mós, iria dar-lhe outra consistência. Portanto o que efetivamente se passou foi que a proposta já tinha sido discutida em sede da JSD de Porto de Mós, era uma proposta da JSD de Porto de Mós, tendo isto ficado explicito na altura em a apresentou ao CMJ.-----

-----**Samuel Costa**, pediu novamente a palavra ao abrigo do artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal, começando por dizer que foi presente a recomendação no CMJ, tendo sido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deliberado e ficado em ata daquele órgão, que iria ser feito um levantamento para posterior apresentação em sede de CMJ e subsequente recomendação à Câmara Municipal. E isto foi o que o CMJ decidiu. Agora se a JSD pretende antecipar e fazer a proposta em seu nome, que o faça, não lhe parecendo, contudo, correto. Embora a bancada do PS ache que se trata de uma proposta meritória, no contexto em que foi feita, está a ultrapassar por completo o que foi discutido e acordado em CMJ.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou depois a dizer que aceita a recomendação que foi apresentada, pedindo no entanto a todos os deputados, que, quando pretenderem apresentar recomendações e/ou propostas em sessões da Assembleia Municipal, que as façam chegar com antecedência à mesa da Assembleia, a fim de que as mesmas possam ser distribuídas por todos os deputados municipais, atempadamente.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação a **proposta de recomendação para criação do projeto “Jovem Autarca”**, apresentada por João Guilherme Cerejo dos Santos, membro desta Assembleia Municipal, eleito pelo Partido Social Democrata, **tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 10 (dez) votos contra, 6 (seis) abstenções e 13 (treze) votos a favor.**-----

-----**David Salgueiro (PS)** pediu a palavra para dizer que a bancada do Partido Socialista iria apresentar uma declaração de voto à Mesa, que entretanto se encontrava a redigir. A senhora Presidente da Assembleia disse que assim sendo, os trabalhos continuariam a decorrer e que assim que a declaração chegasse à Mesa, dela daria conhecimento ao plenário.-----

-----**Rita Isabel Santos Miguel (PS):**-----
-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Começou por dizer que em primeiro lugar não quer deixar de congratular os resistentes que aqui ficaram, porque se é realmente para assistir ao funcionamento da Assembleia Municipal deve ficar-se até ao fim. Seguidamente disse querer fazer uma pergunta: tendo em conta as delegações de competências que aí vêm, o que é que está projetado, e uma vez que se está a falar de educação, de obras de beneficiação e de recuperação do edifício icónico que é a Escola EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----
-----Cumprimentando todos na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que não podia deixar de vir aqui realçar a participação de todos os jovens que hoje aqui estiveram presentes e principalmente aos resistentes que ainda se mantêm na sala. É de louvar uma iniciativa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como esta e a Assembleia Municipal tem tido um papel importante neste processo de aproximação da política aos seus cidadãos, com a descentralização das sessões, com os convites às IPSS's e associações, com a valorização do papel da mulher e também com esta iniciativa de hoje. Atualmente sabe-se que existe uma conotação negativa relativamente à política, e até diretamente às pessoas que participam de forma ativa na mesma, e é necessário ter coragem para assumir os nossos princípios, valores e ideias, como o fizeram alguns dos jovens aqui, hoje. Como jovem também sentiu isso na pele, acreditando que muitos tenham passado pelo mesmo, valorizando o esforço quando assumem sem medo os seus interesses. Continuou dizendo que, só com uma participação proactiva se pode caminhar para a responsabilização e para a melhoria das condições de vida de todos os concidadãos. Ao contrário do que quiseram fazer crer nesta Assembleia, este executivo tem mostrado ser diferente, tem dado provas de abertura, tem tido receptividade a ideias diferentes, tem criado espaço de discussão e tem dado um maior incentivo à participação dos jovens, também com a criação do Conselho Municipal da Juventude, que foi proposta em tempos, mas que ficou na gaveta até que este executivo chegou e a resolveu implementar. Disse ainda saber que os jovens têm aproveitado as oportunidades que o executivo tem criado, acreditando que este irá manter esta abertura e recomendando que continuem a aproveitar. Finalizando, disse que queria louvar esta iniciativa por parte da Assembleia e a participação dos jovens na mesma, dizendo-lhes que continuem a acreditar que é possível fazer diferente.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara sobre situações na vila do Juncal. Em primeiro lugar disse que já viu um placard publicitando os esgotos da Cumeira, Albergaria e Boeira, e gostaria de saber para quando o início dessa obra. Depois, disse que há o problema da zona industrial do Juncal onde estão inúmeros candeeiros ligados, e dado que já não se trata de terreno público, disse pensar que deviam desligar as lâmpadas retirando os postes. Referindo-se depois ao problema da água, disse que o senhor Presidente na última sessão desta Assembleia não lhe respondeu ao que lhe foi perguntado, sobre a substituição das condutas de fibrocimento na vila do Juncal. Referindo-se depois à problemática dos incêndios, disse que, depois de tudo o que foi dito sobre o assunto e sobre a falta de limpeza dos terrenos, a Câmara mandou uma quantidade de cartas registadas com aviso de receção para notificar os proprietários a fazerem essa limpeza. Disse que muitas das pessoas tiveram de vender os pinhais e eucaliptais mais baratos para poderem fazer face a essa despesa. Por outro lado, aparecem aqueles que não querem saber nem das cartas nem da limpeza dos terrenos e aos quais nada acontece. Passou depois a referir-se a um grande evento que ocorreu nas piscinas de Porto de Mós, onde estiveram 161 atletas do distrito, estando lá centenas de pessoas e não tendo comparecido nenhum representante da Câmara Municipal de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porto de Mós, manifestando o seu desagrado por tal facto. Terminando, disse querer que alguém lhe explique quais os critérios para se considerar uma família carenciada.-----

-----**Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que queria louvar as iniciativas da Mesa da Assembleia e em particular uma, que lhe diz respeito, e que foi a visita que foi realizada no Natal, às IPSS's. Em nome da associação que representa, a Associação de Bem Estar de Cruz da Léguas, disse querer agradecer tão meritória iniciativa, que foi muito grata para todas as pessoas que, de forma gratuita e em jeito de voluntariado, se dedicam a estas instituições, sendo muito gratificante, para quem se dedica a isso ver reconhecido o seu esforço. Continuou ainda dizendo que o concelho se pode orgulhar das IPSS's que tem, mas de certeza que as mesmas lhes manifestaram as suas preocupações nas mais diversas áreas, esperando que a Mesa da Assembleia as tenha feito chegar ao executivo. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do anterior interveniente, dizendo que tudo o que observaram foi transmitido ao senhor Presidente da Câmara e à senhora Vereadora com o pelouro da Ação Social, que ficaram sensibilizados para todas as questões, sendo também esse um dos objetivos da visita. A **Júlio Vieira**, disse que já haviam conversado e que concorda com as suas palavras.-----

-----Seguidamente e na sequência da proposta apresentada por João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD) sobre a criação do programa "Jovem Autarca", a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento ao plenário da declaração de voto do Partido Socialista chegada à Mesa da Assembleia, e que a seguir se transcreve: -----

-----"A bancada do PS, embora na sua essência concorde com o teor, vota contra, dado que a recomendação de proposta foi apresentada como sendo com origem na JSD, quando o Conselho Municipal da Juventude concordou em assembleia, apreciar e construir a implementação do programa "Jovem Autarca". -----

-----Tendo em conta que a bancada do PS considera uma apropriação de um projeto do CMJ, vota contra a recomendação, mesmo concordando com o espírito da recomendação.-----

-----Porto de Mós, 22 de fevereiro de 2019.-----

-----David Salgueiro, pelo Partido Socialista.-----

-----A senhora Presidente disse, que não gostaria, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, que ficassem aqui dúvidas, agradecendo que João Cerejo dos Santos, em conjunto com a bancada do PS trabalhassem esta proposta, porque lhe parece que há aqui duas situações que não lhe parecem simpáticas, não gostando que isso ficasse assim, de modo algum.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra, respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra que, efetivamente conhece o problema que relatou, pois a médica encontra-se de baixa. Continuam a haver alguns problemas no concelho, com a gestão da saúde, havendo uma reunião marcada com a entidade que gere as USF's. No início do ano foi pedida uma audiência à senhora Ministra da Saúde, pouco tempo depois da sua tomada de posse, estando a aguardar e a insistir na mesma reiteradamente. Até agora, dos governantes a que foram solicitadas audiências, foi a única que não o recebeu, esperando que isso possa acontecer. De qualquer modo, foi em Alqueidão da Serra, há alguns meses atrás, que foi anunciado pelo Partido Socialista que não havia doentes sem médico de família nesta região. Disse acreditar que é necessário dar o passo seguinte, e este só é possível que houver a capacidade de se organizar, por forma a garantir que o concelho vai ter mais duas USF's.-----

-----Ao Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso disse que este tem razão quanto à questão dos semáforos. Foi feita uma candidatura tendo acabado por não haver respostas nem ao fim de seis meses. Perante isso, foi chamada a empresa que presta assistência a toda a rede de semáforos do concelho, porque toda ela precisa de intervenção, começando esta na próxima segunda-feira. Quanto ao pedido que foi feito para a equipa do tapa buracos, disse que é feito um planeamento para todo o concelho, calculando que entretanto chegará aos locais requeridos pelo senhor Presidente de Junta. Quanto à estrada da Bezerra, está prevista a sua marcação, indo ser feita também uma intervenção na estrada que liga o Chão das Pias a S. Bento, coisa que ainda não aconteceu por via das condições climatéricas. No que diz respeito ao fiscal municipal, disse que existe a fiscalização de obras, como sempre existiu, e que são as mesmas pessoas e segundo ouviu, as obras até são muito menos, e portanto a fiscalização continua a existir. O que aconteceu na obra de Serro Ventoso, independentemente da qualidade da mesma, foi vandalismo. A obra está reclamada e não será paga sem que esteja concluída em condições, dizendo que se está a falar das valetas. O empreiteiro terá que tomar a decisão, ou arranjando ou indo às autoridades, uma vez que existem fotografias registando a causa dos danos. Relativamente à escarpa, havia duas intervenções a fazer. Uma delas foi feita reparando a estrada que estava em risco de aluir, com massas próprias para este tipo de situações. Quanto à parte de suporte das pedras está previsto em orçamento, havendo cerca de cem mil euros para fazer a intervenção, segurando as pedras de menor dimensão. No que se refere às lombas, disse que, pessoalmente, não é nada a favor das lombas, mas reconhece que em determinados locais, não haja grandes alternativas. No Chão das Pias os camiões passam ali a uma velocidade exagerada, as pessoas não podem andar a pé e portanto vai ter que ficar assim. As lombas serão colocadas se eventualmente se fizerem passeios. Disse que reconhece e já falou com o senhor Presidente de Junta sobre isso, que lhe disse que não há condições para fazer os passeios, porque não é exequível deitar casas a baixo para fazer passeios. Ou seja, não se podendo fazer os passeios, não se fazem as lombas. Neste momento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vai-se colocar sinalização vertical em condições, mas infelizmente o que se passa no Chão das Pias nomeadamente dentro da localidade, é uma perfeita falta de civismo.-----

-----Quanto às intervenções que se seguiram, nomeadamente quanto à proposta apresentada por **João Cerejo dos Santos**, e apesar de já se ter pronunciado sobre isso, tem de referir o Cartão Jovem. Disse que está a ser alterado o regulamento de taxas e licenças para incluir alguns dos benefícios proporcionados por aquele. Deixou também uma pequena nota sobre a intervenção de **Júlio Vieira** dizendo que está para lançamento o projeto da Fab Lab, que é uma boa forma dos jovens se ligarem, de inovarem, de trazerem as suas ideias podendo pô-las em prática, acrescentando valor a este território.-----

-----Relativamente à intervenção de **Rita Miguel**, disse quer dizer-lhe que neste momento, a escola é do Estado, não tendo a Câmara sequer a ideia de se vai ou não receber a delegação de competências da educação. Se se receber essa delegação de competências, poder-se-á equacionar a sua utilização para o município, com fins diferentes daquela que existe hoje. Neste momento a escola está a ser usada, não tendo a secundária capacidade para acomodar os alunos que a frequentam, pelo que esta é uma situação em que está tudo ainda muito no ar. Disse ainda que, quer esta escola Dr. Manuel Oliveira Perpétua onde se pretende avançar para um processo de classificação de interesse municipal, pelo menos para preservar aquele património arquitetónico que lhe parece muito importante, e a Escola Secundária de Porto de Mós, não reúne qualquer tipo de condições para funcionar de uma forma digna. A Escola Secundária tem ainda os telhados em fibrocimento e não reúne quaisquer condições de comodidade para o seu funcionamento e só a extraordinária boa vontade do corpo docente, não docente e alunos, é que têm feito com que esta escola continue a aparecer nos primeiros lugares do ranking, felicitando toda a comunidade do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, e em particular a Escola Secundária de Porto de Mós, pelos excelentes resultados que apresentam e que muito nos orgulham.-----

-----A **Cristiana Rosário**, disse que apenas queria dizer que nunca se será bom político se não se souber ouvir e quando as ideias são de interesse para toda a comunidade, vale a pena parar, pegar nelas e levá-las por diante. Tem sido ouvido, que se têm construindo coisas melhores e coisas diferentes. Disse ainda não poder deixar de referir o papel importante que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm tido em todo este processo, discutindo com o executivo as suas ideias, as suas necessidades e defendendo as prioridades das suas populações, sendo esse o caminho que deve ser trilhado, pois as coisas devem ser feitas tendo em conta as necessidades dessas populações. Assim, tem sido assim que o executivo tem desenvolvido o seu planeamento, para que se tenha por fim o desígnio que é de todos e que é um concelho melhor.-----

-----A **Joaquim Santiago**, disse que esta semana as obras já começaram, tendo ele próprio lá estado. Quanto à zona industrial disse tomar nota, porque não conhece a situação. Quanto à água disse estar a ser lançado o concurso de Casais de Matos e Vale d'Água e esta última é da freguesia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Juncal, sendo por aí que se está a começar. No que se refere às cartas que a Câmara enviou, e apesar de nem o Juncal nem a Calvaria de Cima estarem incluídas nas freguesias de risco prioritário, o que se fez, foi um apelo à GNR para continuar a fazer patrulhamento. Os infratores que não limpam estão agora a ser objeto de contraordenação e a Câmara está a preparar-se para os substituir. Relativamente ao evento das piscinas, disse que na véspera à noite recebeu uma mensagem a perguntarem se iria alguém da Câmara ao evento, não tendo podido estar presente por compromissos anteriormente assumidos. Disse ainda que o evento não foi divulgado, porque não foi pedido nem enviado para a Câmara divulgar, e o Presidente da Câmara não esteve porque não soube e também não foi convidado, e é bom que isso se diga e fique claro. Para além disso, disse ainda que apesar de tudo, nesse evento da natação a Câmara esteve representada porque o vereador Marco Lopes esteve lá e foi nessa função. Quanto aos critérios para as famílias carenciadas, disse que os critérios estão definidos no Gabinete de Ação Social onde poderá colher essa informação.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal usou também da palavra referindo-se à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra no que se refere à Saúde. Disse pensar que neste momento o concelho de Porto de Mós, está a ter uma estratégia de saúde, alavancado pelo senhor Presidente da Câmara e pela senhora Vereadora com o pelouro da Saúde, que já devia ter sido começada há dez anos e que tem a ver com a criação das Unidades de Saúde Familiar.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que esta é uma sessão que se foca sobre a juventude, tendo ficado triste com esta ultima parte dos trabalhos, porque depois da intervenção das jovens Patrícia, Bruna, Mariana e Beatriz, a dar as suas opiniões, foi-lhes dito que afinal estava tudo bem. Está tudo bem com a juventude, há emprego qualificado, que há incentivos à construção, que há boas vias de comunicação para eles se dirigirem para os empregos, está tudo bem. O CMJ, em termos de Orçamento, emite um parecer favorável, mas condicionado a estes casos, contudo, é-lhes dito que está tudo bem. Passou a perguntou a perguntar: O CMJ tem alguma Identidade? Faz algum sentido existir um CMJ no qual os jovens se manifestam e depois as coisas são ditas de outra forma? O CMJ que foi uma bandeira de campanha, que foi erguida e constituída e muito bem, estando a funcionar muito bem com elementos das associações, das associações de estudantes, estando os jovens a participar e a falar abertamente do que os preocupa, e no entanto estes pareceres não são tidos em conta. E isso entristece-o. Se os jovens do 12º ano ainda aqui estivessem, iriam ficar muito tristes com um CMJ que não é ouvido, que não tem identidade, e esta é a sua opinião pessoal enquanto membro do CMJ, disse. Continuou dizendo que gostaria que o CMJ fosse validado enquanto órgão oficial, mesmo sendo consultivo, órgão pelo qual os jovens se podem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manifestar. Outra questão que colocou, tem a ver com equipa tapa-buracos que gostaria de ver alargada à restante freguesia, passando também por Telhados Grandes, Penedos Belos, Paiã, que não têm buracos, mas crateras. Referiu ainda a questão das rochas na obra da estrada que liga Serro Ventoso a Chão das pias, perguntando se vão ficar ali. O último ponto que colocou foi perguntar como está a questão do funcionário da SUMA para o Juncal.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial aos jovens resilientes nesta Assembleia. Disse depois que teve oportunidade de cumprimentar o Eng.º Hugo Carvalho pela sua intervenção, mas felicita também as escolas e a Assembleia Municipal em particular, e a sua Presidente, por, pela primeira vez, mais de cem jovens virem participar nesta Assembleia Municipal. Continuou dizendo "aos jovens aqui presentes, quero apenas dizer o seguinte: este ano, é um ano que marcará para sempre as vossas vidas. Uns iniciarão o vosso primeiro trabalho por vontade ou por necessidade, outros tirarão a carta de condução, outros será a primeira vez que irão votar, direito que deverão exercer em plena consciência, pois da vossa escolha, dependerá o vosso futuro. Outros ainda, iniciarão um percurso académico. Muitos de vós serão arquitetos, engenheiros, juízes, advogados, médicos... tantas outras profissões que existem. Mas quem sabe até políticos, presidentes da Câmara, ministros. Em cada um de vós está a obra da escola, a semente da educação. Por isso, nunca desistam de estudar. Também questionei o Eng.º Hugo Carvalho quando ele estava aqui na mesa e perguntei-lhe, na opinião dele qual era a medida inovadora para o município aplicar, ou por em prática, de modo a aproximar os jovens da política, e imediatamente ele respondeu que essa medida inovadora seria sem dúvida a criação do "Jovem Autarca".-----

-----Senhor Presidente, a educação é a esperança, o desenvolvimento, a vida, porque a educação é a origem de toda e qualquer profissão. A educação faz melhor a sociedade, o seu progresso, a grandeza cultural de um país e de um povo. A educação é o pilar de qualquer sociedade desenvolvida. Registamos que este executivo já demonstrou o apoio que dá à educação, e às políticas para jovens. Fico-me pelo apoio já demonstrado e sobejamente conhecido ao IEJ e também pela criação de bolsas de estudo para estudantes carenciados. Deixo-lhe um incentivo de que já fez muito mais e melhor, do que foi feito no passado, pois os jovens são o futuro de Porto de Mós. Deixo também uma palavra de congratulação pela criação do Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, que não existia também no passado, mas apelo a que a equipa seja uma equipa multidisciplinar e haja o apoio efetivo da vítima, o que por vezes não acontece.-----

-----Senhor Deputado David Salgueiro, não resisto a dizer-lhe por onde andou estes doze anos, porque o investimento deste executivo está em grande parte comprometido pelo desinvestimento que foi feito pelo Partido Socialista nos últimos doze anos. Ou por escolhas que não seriam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prioritárias para este governo PSD – veja-se o caso da Central Termoelétrica, onde estão afetos mais de dois milhões e meio de euros, que poderiam ser para outras propostas sufragadas no programa eleitoral do PSD, e que este executivo vai ter que executar, embora não sendo uma obra prioritária para ele.-----

-----Senhor Deputado Serrano, uma família carenciada, segundo a lei, é aquela em que o rendimento per capita do seu agregado familiar seja inferior a 60% do ordenado mínimo nacional. Se tivermos em conta que o ordenado mínimo nacional são seiscentos euros, portanto trezentos e sessenta euros de receita, por cada pessoa que viva na casa. Mas todos nós sabemos, e o senhor sabe tão bem como eu, que há pessoas que têm a reforma mínima de trezentos euros ou por volta disso e portanto um casal, consegue sobreviver e sobreviver dignamente. E há outros que têm um salário chorudo, mas não conseguem sobreviver e por vezes tem que pedir a sua insolvência. Portanto isso depende da gestão de cada um. Agora, os terrenos, senhor Deputado Serrano, não contam para contabilizar o rendimento per capita, somente apenas o ordenado, salários ou subsídios que sejam obtidos."-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, agradeceu a todos os jovens que permaneceram aqui até este momento. Disse que trazia aqui algumas questões para colocar ao senhor Presidente da Câmara, mas antes disso, e depois de tudo o que aqui foi dito e os apelos feitos no sentido de trazer os jovens para a política, há uma coisa de que não nos devemos esquecer, é que os adultos e aqueles a quem chamam políticos têm muita responsabilidade nesse afastamento, porque a política sem ética é uma vergonha. Continuou dizendo que esteve na oposição durante doze anos e que nunca disse que tudo o que se fez na altura, foi mal feito, ao contrário do que se passa neste momento.-----

-----Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara perguntou qual é exatamente a situação da Central Termoelétrica. Outro assunto, que já tem catorze anos, é o hotel, perguntando igualmente qual o ponto de situação. Depois perguntou também sobre a situação das obras no Castelo. Houve uma outra situação que lhe chegou e que tem a ver com a alteração do recenseamento eleitoral, pedindo esclarecimentos sobre essa situação. Passou depois a questionar a senhora Presidente da Assembleia Municipal sobre um assunto com o qual se deparou durante esta semana, na comunicação social, e que tem a ver com o Regulamento Geral da Proteção de Dados. Como estas sessões são gravadas, não sabe se se está ou não a cumprir este regulamento.--

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JAS):**-----

-----Usou da palavra tecendo algumas considerações sobre o estado da saúde na sua freguesia dizendo que, uma vez que o coordenador do Centro de Saúde de Porto de Mós, terá

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dado uma resposta ao município, uma vez que o coordenador da ARS Centro também terá dado uma resposta ao município e uma vez que o coordenador do ACES também terá dado uma resposta ao município sobre a problemática da falta de médico em Alqueidão da Serra, perguntou o que é que responde às pessoas que todos os dias lhe perguntam quando é que têm médico. Perguntando se lhes dirá o que a senhora Presidente da Assembleia Municipal disse, que daqui a dois anos elas irão ter médico?-----

-----A senhora Presidente da Assembleia usando da palavra, referiu que não disse que daqui a dois anos iria ter médico, o que disse foi que daqui a dois anos haveria uma estratégia de saúde no concelho de Porto de Mós. E disse mais. Possivelmente a situação de Alqueidão da Serra terá que ser resolvida, esperando que fique bem claro na cabeça do senhor Presidente de Junta que ela jamais proporia que alguém tivesse médico daqui a dois anos. Estratégia de saúde, é aquilo que se deveria ter feito há muito tempo no concelho de Porto de Mós e que não foi feito. A falta de médico para cuidar das pessoas, é outra coisa que terá que ser feita e analisada com o senhor Presidente de Junta e com alguém da Saúde. Estratégia de saúde é uma coisa que está a ser trabalhada pelo executivo. Ter médico de família a cuidar da população da freguesia de Alqueidão da Serra, terá que ser cuidado com todo o interesse pelas pessoas que têm competências, nomeadamente com a Administração Regional de Saúde de Leiria, e também com o Centro de Saúde de Porto de Mós. Pediu que ficasse claro o que disse e que não se deturpassem as coisas. Terminou dizendo esperar que fique claro para o senhor Presidente de Junta, que o Alqueidão da Serra é para si uma área muito querida, que sabe que tem muitas dificuldades no âmbito da Saúde e que já o sabia antes de ser Presidente da Assembleia Municipal, porque anda há muitos anos em Porto de Mós na área da Saúde.-----

-----A senhora Presidente passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, o que fez começando por **Samuel Costa** e dizendo que queria só ler-lhe o que saiu na ata do Conselho Municipal de Educação: "*Foi definido o seguinte parecer: parecer favorável, mas condicionado a que num futuro orçamento se promova o associativismo jovem e se foque num maior incentivo à fixação de jovens no concelho, e por fim alargar o orçamento participativo a jovens a partir dos treze anos.*" Aqui, no que diz respeito ao orçamento participativo, essa foi uma situação equacionada pelo executivo que chamou a equipa, tendo-lhe colocado um conjunto de situações e que lhes aconselhou que esta redução de idades, fosse contemplada no próximo ano, de forma a que fosse possível haver uma preparação da Câmara em termos de equipamentos, com as três escolas, para que se pudesse permitir que esta parte do orçamento participativo funcionasse em pleno, sem haver problemas. Disse ainda que na última reunião de Câmara foi proposta uma pequena alteração à norma no sentido de que a votação presencial aconteça num dia único, mantendo-se o resto inalterável. Quanto às taxas e licenças,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que estão a ser introduzidas as alterações emanadas do Conselho Municipal de Juventude, e mais, estão a equacionar seriamente, a possibilidade de criar o incentivo para o arrendamento jovem. Estas são as orientações emanadas do Conselho Municipal da Juventude, entidade pela qual tem o maior respeito, estando sempre disponível para ouvir e para receber a informação dele proveniente, não a podendo ignorar. Relativamente à equipa tapa-buracos, disse que há reuniões mensais e planeamento semanal, pelo que aquela há-de ir para S. Bento, embora Telhados Grandes e Penedos Belos já tenham sofrido uma intervenção significativa há relativamente pouco tempo. Quanto à questão das pedras, disse que calcula que seja na subida do Chão das Pias para Serro Ventoso, dizendo que o senhor Presidente da Junta tem prevista a execução de muros e entretanto a estrada estará concluída, dizendo ainda que o mais importante está feito, que foi criar condições para as pessoas se poderem deslocar daquela zona para Porto de Mós, criando-se condições que não existiam. No que diz respeito ao funcionário da SUMA, disse não saber muito bem do que se trata, acrescentando que há cerca de quatro anos atrás, foi feito um aditamento ao protocolo com a SUMA, para reduzir a sua intervenção ficando desta forma o município a pagar menos. Tem-se mantido o contrato que existia, ficando com a nota de verificar se havia algum compromisso com o Juncal. A **Antonio Pires** disse que, no que se refere à Central Termoelétrica, foi finalmente adjudicada a obra, tendo o processo de concurso sido feito de forma diferente, tendo sido feito com prévia qualificação dos candidatos, significando um esforço financeiro de cerca de um milhão de euros para a tesouraria da Câmara, o que não entra, de maneira nenhuma, naquilo que eram as prioridades deste executivo, porque ainda há muitas necessidades básicas para suprir neste concelho. Relativamente ao hotel, disse que não estando parado, ainda não avançou muito, trazendo em princípio, à próxima Assembleia Municipal uma proposta de alteração ao loteamento para se poder fazer um enquadramento um pouco diferente. No que diz respeito ao Castelo, disse que tinham um projeto e uma candidatura que vinha do anterior executivo. O concurso foi lançado para essa obra, mas entretanto, já em fase de obra, surgiu a possibilidade de se fazer uma candidatura ao turismo inclusivo. Foi feito o projeto e o concurso foi lançado, não aparecendo nenhum candidato. Foi feita uma análise aos preços pelo arquiteto projetista tendo os mesmos sido reduzidos e lançado o concurso. Neste momento a obra está praticamente concluída. Está em curso já um projeto de musealização do Castelo que irá ser evolutivo, ao longo de todo o ano. Relativamente à alteração ao recenseamento eleitoral, há efetivamente uma alteração que já foi divulgada pelas Juntas de Freguesia pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e pela Câmara Municipal, deixando de haver número de eleitor e sendo os cadernos eleitorais, organizados por ordem alfabética. Terminando, disse que a informação que tem é que a médica que está no Posto Médico de Alqueidão da Serra está de baixa. Como é do quadro não é substituível, e é essa a informação que tem, e que o transcende. O que lhe foi dito foi que o Posto Médico não está fechado porque tem lá uma administrativa e uma enfermeira. Referiu ainda que este é um problema transversal a todos os governos, lamentando que é uma pena que, quando se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decide nos gabinetes, se pense muito pouco nas populações mais idosas, com menos capacidade financeira, com menos mobilidade e sobretudo que se pense tão pouco nestes territórios de baixa densidade, porque a falta de médico é um dos principais potenciadores para a desertificação destas terras.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, disse que, muito rapidamente, e para responder ao problema do Regulamento Geral da Proteção de Dados, que a Assembleia Municipal está a cumprir a lei, as Assembleias são públicas, podem ser gravadas, e o que gostaria mesmo é que fosse criada a possibilidade de serem transmitidas em todo o concelho de Porto de Mós.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra disse que já informou todos os deputados municipais de que a Assembleia Municipal iria promover a Gala do Dia Internacional da Mulher no próximo dia 10 de março aqui no Cineteatro de Porto de Mós, convidando todos a estarem presentes. Informou ainda que por Despacho nº 2/2019 de 15 de janeiro foi designada a Drª. Ana Rita dos Santos Bento Quaresma, Procuradora Adjunta, para integrar o Conselho Municipal de Segurança. Disse depois que queria em nome de todos, louvar a Câmara Municipal na pessoa da senhora Vereadora Telma Cruz, pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica. Foi com muito agrado, como Presidente da Assembleia Municipal que constatou que este município não ficou indiferente a esta realidade tão cruel para a sociedade, gostando que este tema viesse a ser discutido nesta Assembleia, no sentido de dar voz às vítimas.-----

-----**2. Proposta de contrato interadministrativo com a Freguesia da Calvaria de Cima para execução de obras no Centro de Saúde:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que este é um assunto que resulta de um compromisso que o executivo assumiu com a Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, no sentido de se concluírem as obras de adaptação do Posto Médico da Calvaria de Cima, pelo que foi presente a reunião de Câmara de 31.01.2019, a proposta que a seguir se transcreve, tendo a mesma sido aprovada.-----

-----*“A Saúde será certamente um dos motores do progresso e da evolução do concelho de Porto de Mós enquanto município empenhado em aumentar a qualidade de vida dos seus munícipes. Nesse sentido, a autarquia garantirá sempre as condições financeiras necessárias para que, neste sector não exista qualquer razão para retrocesso civilizacional.*-----

-----*A melhoria das condições da Extensão de Saúde da freguesia de Calvaria de Cima foi uma aposta da Junta de freguesia em parceria com a Câmara Municipal de Porto de Mós, como organismos responsáveis pela garantia das necessidades básicas dos seus habitantes.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerando que:-----
-----A Extensão de Saúde da freguesia de Calvaria de Cima está a sofrer obras de remodelação de forma faseada, tendo terminado a sua primeira fase no ano de 2017;-----
-----Relativamente a essa primeira fase, a Câmara Municipal de Porto de Mós atribuiu um subsídio de 20.000€ em dezembro de 2017;-----
-----Numa fase posterior, a Junta de freguesia de Calvaria de Cima investiu um montante global a rondar os 23.949€, sendo que o Município de Porto de Mós se comprometeu em apoiar financeiramente com mais 10.000€;-----
-----Propõe-se que: -----
-----Nos termos da alínea ccc) do nº1 do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o Executivo Municipal submeta à Assembleia Municipal, a proposta de comparticipação de 10.000€ para a Junta de freguesia de Calvaria de Cima, no âmbito das obras de remodelação da Extensão de Saúde, para que este órgão delibere, nos termos da alínea j) do nº1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----
-----Usando da palavra, disse que apenas queria chamar a atenção para este ponto da ordem de trabalhos que refere **Proposta de contrato interadministrativo com a Freguesia da Calvaria de Cima para execução de obras no Centro de Saúde**, parecendo-lhe que isto não está correto, pois acha que se trata de uma proposta de comparticipação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que, salvo melhor opinião, acha que esta é a terminologia que se utiliza para a transferência de capital para obras para as Juntas de Freguesia, pedindo ao Chefe de Divisão da área Financeira aqui presente, que esclarecesse. Este passou a dizer que não há dúvidas nenhuma de que as relações que se estabelecem entre os municípios e as freguesias, desde que seja investimento de capital, é entendimento, ser titulado através de contrato interadministrativo, que é o que está aqui a ser discutido. Acrescentou ainda que a Assembleia Municipal já havia aprovado isto, em sede de aprovação do Orçamento Municipal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Proposta de contrato interadministrativo com a Freguesia da Calvaria de Cima para execução de obras no Centro de Saúde** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós:** -----
-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que o que está aqui em causa, é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a aprovação do relatório de ponderação da discussão pública e tudo aquilo que a Câmara já fez até agora, cuja informação foi presente a reunião de Câmara de 14.02.2019, que a seguir se transcreve e que mereceu a sua aprovação.-----

-----"No âmbito da elaboração do Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós (PPALEPM), findo que é o período de Discussão Pública e concluída a ponderação das participações apresentadas, e dado que o resultado da referida não implicou qualquer alteração aos elementos que estiveram em consulta (a única participação recebida não recebeu acolhimento na proposta), leva-se à apreciação do executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de PPALEPM.-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal os seguintes pontos:-----

- Apreciação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública; -----
- Publicitação (meios e datas) dos resultados da Discussão Pública e respetivo Relatório de Ponderação;-----
- Resposta aos participantes na Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;-----
- Submissão da Proposta de Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós à Assembleia Municipal, para análise e aprovação.-----

-----Os elementos do Plano, incluindo o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, podem ser consultados em <https://www.municipio-portodemos.pt/pages/1322>.-----

-----À consideração superior."-----

-----Continuou dizendo que o que queria referir sobre o Plano de Pormenor, é que apareceu uma entidade que fez uma consideração e uma proposta para alteração deste Plano de Pormenor, tendo sido a única participação que houve na discussão pública. Esta proposta foi presente a reunião de Câmara, onde foi decidido não a aceitar, porque ia contra todo o trabalho que já foi feito desde há cerca de dois anos. Tem sido um trabalho de concertação com um conjunto variadíssimo de entidades onde houve necessidade de chegar a acordo, algumas delas com muita dificuldade, nomeadamente com a APA, que ainda está com um parecer condicionado à avaliação do impacto ambiental. O empresário que fez a proposta tem todas as condições para se poder candidatar a lotes e de se poder expandir, sendo isso que estava em causa, tendo sido entendido pela Câmara não ser esse o momento oportuno para se poder avançar com uma proposta que iria por em causa, no tempo, todo o trabalho que foi feito por este executivo e pelo executivo anterior.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que gostaria de saber como é que está a situação do estudo de impacto ambiental, se existem limitações e qual o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

timing previsto para que aconteçam o início das obras no local.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao anterior interveniente, dizendo que a avaliação de impacto ambiental está em curso, esperando a todo o momento iniciar as reuniões de concertação. Disse ainda que a empresa lhes garantiu que durante o primeiro semestre entregava o documento final. Neste momento está a ser levada a efeito a aquisição dos terrenos, tendo na passada semana, com exceção de quatro proprietários, chegado a acordo com todos os restantes, cerca de setenta, estando em simultâneo a lançar o procedimento concursal para fazer o necessário projeto de infraestruturas para toda a área de localização empresarial. Esclareceu ainda que o estudo de impacto ambiental é necessário para se poder fazer a candidatura e ter-se colocado essa questão na gaveta, foi um erro. Neste momento o executivo está a fazer aquilo que deve ser feito, pois não se consegue recuperar o tempo que o processo esteve parado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**4. Transferências de competências nas Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais:**-----

-----**4.1. Decreto-Lei 20/2019, de 30 de janeiro, no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos - proposta da Câmara Municipal:**-----

-----**4.2. Decreto-Lei 22/2019, de 30 de janeiro, no domínio da cultura - proposta da Câmara Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente a reunião de Câmara de 14.02.2019, que mereceu a sua aprovação e que a seguir se transcreve:-----

-----DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS.-----

-----“Considerando que:-----

-----1. Nos termos da Lei 50/2018 de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), a concretização da transferência das competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais é realizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa (art.º 4, n.º 1, da referida Lei, também o artigo 43º-2 e 44º-1 daquele diploma);-----

-----2. Todos os Decretos-leis (atrás denominados Diplomas Legais) têm um preceito dispendo sobre a produção de efeitos (o último dos seus artigos), por regra a 1 de janeiro de 2019, que, no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

número 2, refere: "Relativamente ao ano de 2019, os municípios [e quando for o caso] as entidades intermunicipais que não pretendam exercer as competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos da entrada em vigor do presente decreto-lei."-----

-----3. Foram já publicados em novembro de 2018 onze Decretos-leis que mereceram a respetiva análise e discussão em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal de 30 de janeiro de 2019, deliberando a rejeição, por parte da Câmara Municipal, da competência sobre as "Vias de comunicação;" -----

-----4. A trinta de janeiro de 2019 foram publicados os seguintes Decretos-leis: -----

-----Decreto-lei 20/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos;-----

-----Decreto-lei 21/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;-----

-----Decreto-lei 22/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os municípios no domínio da cultura;-----

-----Decreto-lei 23/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.-----

-----5. O Decreto-lei 21/2019 de 30 de janeiro, nos termos do seu nº 2 do artigo 76º, permite a comunicação à DGAL da sua rejeição até dia 30 de abril de 2019;-----

-----6. O Decreto-lei 23/2019 de 30 de janeiro, nos termos do seu nº 2 do artigo 28º, permite a comunicação à DGAL da sua rejeição até 60 dias corridos após a publicação do despacho referido no seu nº 3 do artigo 25º (mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios no ano de 2019, bem como a listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários);-----

-----7. Os Decretos-lei 20/2019 e 22/2019 de 30 de janeiro, nos termos do seu nº 3 do artigo 21º e do seu nº3 do artigo 12º, respetivamente, consubstanciam um prazo máximo de 60 dias corridos após a publicação dos mesmos para comunicar a sua rejeição à DGAL, ou seja, em ambos os casos, até dia 1 de abril de 2019;-----

-----8. Em relação ao Decreto-lei 20/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, o Diploma legal não prevê qualquer tipo de compensação financeira para cumprir as responsabilidades definidas nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do mesmo;-----

-----9. No que respeita ao Decreto-lei 22/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os municípios no domínio da cultura, o Diploma legal, para além de não especificar com clareza os objetivos e em que condições transfere a gestão do imobilizado, não atribui qualquer compensação financeira para a salvaguarda, valorização e conservação do mesmo;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em face do atrás aludido proponho, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:-----

-----1. Rejeitar a competência constante do Decreto-lei setorial 20/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, pelo supra citado no ponto 8;-----

-----2. Rejeitar a competência constante do Decreto-lei setorial 22/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências, para os municípios no domínio da cultura, pelo supra citado no ponto 9;-----

-----3. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para efeitos de execução imediata."-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que os dois decretos lei que vêm hoje aqui, são os que não têm associados os respetivos envelopes financeiros. Assim o executivo, por unanimidade, decidiu não aceitar ambos, passando a explicitar as razões. No que se refere ao Decreto-lei 20/2019 de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, a não aceitação tem a ver com a incapacidade do município para receber esta competência. Neste momento não existe estruturada no município uma equipa que possa ir vistoriar um talho, ou todas as pecuárias por exemplo.-----

-----No que se refere à cultura, disse que, para além de alguns licenciamentos, o que está aqui previsto receber é a Capela de S. Jorge. O Estado tem um protocolo com a diocese de Leiria, fazendo esta a gestão e o estado faz a manutenção. O que o estado está a entregar à autarquia, sem envelope financeiro, é o edifício para esta manter, sendo entendimento da Câmara que é pouco, querendo acautelar esta questão da parte financeira.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Rapidamente, disse que entende que a Câmara não deve descurar as suas responsabilidades no que diz respeito à saúde animal. Disse ainda ter conhecimento de que as condições da Câmara Municipal são muito parcas nesta matéria querendo recomendar que a Associação que está a ser criada não fique dependente da existência ou não do canil, devendo avançar para gerir a situação dos animais existentes, aumentando-se esse âmbito quando o canil estiver construído.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra manifestou que é a favor da descentralização de competências desde que acompanhada do respetivo envelope financeiro, pelo que disse achar que a decisão da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara foi ponderada e acertada.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia passou a por a votação o ponto "**4.1. Decreto-Lei 20/2019, de 30 de janeiro, no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos - proposta da Câmara Municipal**", da presente ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o ponto "**4.2. Decreto-Lei 22/2019, de 30 de janeiro, no domínio da cultura - proposta da Câmara Municipal**", tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, referiu que este ponto é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, passando a explicitar a informação que a seguir se transcreve, e que foi presente a reunião de Câmara de 17.01.2019:-----

-----"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PARA CONHECIMENTO:-----

----- A Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º1 do artigo 6º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 15/12/2017, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2018, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01/11/2018 a 31/12/2018."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor deputado municipal Samuel Costa chamou a atenção de uma incorreção no quadro anexo, referindo que onde se lê: "Abastecimento de Água a São Bento – Lugares de Espinheira, Moitalina e Covão Frade" se deve ler "Abastecimento de Água a São Bento – Lugares de Espinheira, Moleana e Covão Frade".-----

-----**6. Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2018:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, referiu que este ponto é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, tendo essa informação sido distribuída atempadamente por todos os presentes.-----

-----**7. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2018:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, referiu que este ponto é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, tendo essa informação sido distribuída atempadamente por todos os presentes.-----

-----**8. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, referiu que este ponto é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, tendo essa informação sido distribuída atempadamente por todos os presentes.-----

-----**9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - (PSD):**-----

-----Usou da palavra para chamar a atenção de uma incorreção que conta do relatório distribuído e que tem a ver com aluguer de máquina giratória, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que aquele tinha razão e que se tratava de um lapso de escrita.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4.1 e 4.2 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 23 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

